

O movimento político de Campos em 1855

The political movement in Campos in 1855

Arthur Soffiati*

Em 1855, eclodiu um movimento político na cidade de Campos com o objetivo de criar uma nova província no Império Brasileiro. Ela iria se chamar Província de Campos dos Goytacazes, com sede na cidade de mesmo nome. Seu território abrangeria as atuais regiões norte-noroeste fluminense, alguns municípios da Zona da Mata e o Sul do Espírito Santo. O projeto partiu da economia canavieira, que então vivia um momento de apogeu. O sul do Espírito Santo aderiu ao movimento, mas ele foi abortado na Câmara e no Senado da Corte. Contudo, o mito da região e de Campos como capital da Província e depois do Estado do Estado do Rio de Janeiro perdurou até o início do terceiro milênio.

Palavras-chave: Ecorregião. Mito político. Movimento político de emancipação.

In 1855, a political movement erupted in the city of Campos in order to create a new province in the Brazilian Empire. The new city would be named Province of Campos dos Goytacazes, based in the city of the same name. Its territory would cover the current north-northwestern areas of Rio de Janeiro State, some cities in the Zona da Mata, and southern Espírito Santo. The project started within the sugarcane economy, which was then living a moment of glory. The southern region of Espírito Santo joined the movement, but it was aborted in both the Court House and Senate. However, the myth of the region and Campos as the capital of the province and, later, of the State of Rio de Janeiro lasted until the early 21st century.

Key words: Ecoregion. Political myth. Political emancipation movements.

Introdução

Poucos campistas e habitantes dos municípios do norte-noroeste fluminense e do sul do Espírito Santo têm conhecimento do movimento político iniciado pela Câmara Municipal de Campos em 1855. Seu objetivo era desmembrar o norte-noroeste fluminense da Província do Rio de Janeiro e o sul capixaba da Província do Espírito Santo para criar uma nova província, que deveria chamar-se Província dos Campos dos Goytacazes. A capital da nova unidade do Império ficaria, certamente, em Campos, a maior cidade entre Rio de Janeiro e Salvador no início do século XIX. A vila de Itapemirim (não confundir com Cachoeiro do Itapemirim) aderiu ao movimento por meio de um abaixo-assinado em que os habitantes reclamavam do abandono a que Vitória, capital da Província do Espírito Santo, os havia relegado. Na Corte, que tinha sede no Rio de Janeiro, o Marquês do Paraná, Presidente do Conselho de Ministros do Império, foi o porta-voz do pleito junto à Câmara dos Deputados. O projeto não vingou, porém permaneceu e sobreviveu ao fim do Império. No máximo, pretendia-se uma nova unidade político-administrativa. No mínimo, que a capital da antiga

* Ecohistoriador - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil

Província e depois Estado do Rio de Janeiro se transferisse para Campos.

As raízes desse movimento tão pouco estudado, que precisa merecer atenção dos historiadores, remontam ao século XVI e até mesmo ao argumento de que existia uma unidade geográfica e ameríndia entre os Rios Itapemirim e Macaé. No fausto econômico em que vivia Campos, em meados do século XIX, as elites rurais criaram a mística da região, que acabou contaminando a população. Daí o movimento para a criação de uma nova província.

A defesa mais consistente, ideológica e veemente em prol de Campos como capital do Estado foi concebida por Alberto Ribeiro Lamego. Doravante, consciente ou inconscientemente, muitos o imitaram ou o usaram como fonte de inspiração. A concepção simbólica de uma região com fatores de coesão para promover a unidade ao norte e ao noroeste fluminense, ao sul do Espírito Santo e até à parte da Zona da Mata mineira, merecendo, portanto, o estatuto de província ou de estado com capital em Campos, pode ser considerado um movimento de longa duração.

Nos momentos de prosperidade ou de crise econômica, o pleito ressurgiu. Pessoas ilustres o defenderam. No momento fraco do mito regional, levantaram-se também vozes preeminentes.

A parte sul do Estado do Espírito Santo, compreendida entre os Rios Itapemirim e Itabapoana, e o território que se estende deste segundo até o Rio das Ostras e, no limite máximo, até o Rio São João, apresentam integrações ecológicas, culturais e políticas que lhes conferem uma unidade diversa e que justificaram o movimento político de 1855.

A unidade ecológica

Recortando-se um quadrilátero no mapa geomorfológico do Projeto RadamBrasil, formado pelos paralelos 21° e 23° de latitude sul e pelos meridianos 40° e 42° de longitude oeste e tomando-se apenas a parte continental, nota-se que as formações cristalinas pré-cambrianas descrevem um quase semicírculo, tocando o mar, na extremidade sul, no Rio Macaé, e mergulhando nele na extremidade norte, no Rio Itapemirim¹. A quase totalidade da porção continental restante é alóctone, ou seja, formada por terras transportadas da zona cristalina ou aportadas por movimentos marinhos. Do Paleogeno (antigo Terciário), existem três unidades da Formação Barreiras: a do sul localiza-se entre os municípios de Macaé e Campos; a do centro, nos municípios de Campos e São Francisco de Itabapoana; a do norte, nos municípios de Presidente Kennedy e Marataíses.

¹ Projeto RadamBrasil. *Folhas SF 23/24 Rio de Janeiro/Vitória: Geologia, Geomorfolgia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra (mapa geomorfológico)*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983; FIBGE. *Carta do Brasil – Esc. 1:50.000, folhas Barra Seca, Itabapoana, Presidente Kennedy e Itapemirim*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968; LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Carta Geológica do Brasil – Escala 1:100.000: Folhas Campos, Cabo de São Tomé, Lagoa Feia, Xexé*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional de Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954; e MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José Maria Landim e FLEXOR, Jean-Marie. *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral do Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

No centro desta vasta ecorregião, equidistante de suas extremidades, formou-se uma imensa planície holocênica de origem fluvial, com o Rio Paraíba do Sul sendo seu principal construtor. Formações fluviais menores encontram-se nos baixos cursos das bacias do Itapemirim, do Itabapoana, do Macaé, das Ostras e do São João. A parte mais externa desta porção continental é constituída por três restingas: a meridional, pleistocênica, estende-se do Rio Macaé à Barra do Furado; a central, holocênica e a mais extensa das três, começa no Cabo de São Tomé e termina em Manguinhos; a setentrional, a menor delas, na Praia das Neves.

As bacias hídricas mais amplas da ecorregião em apreço são as do Itapemirim, do Itabapoana, do Paraíba do Sul, de Macaé, das Ostras e de São João. Há um pequeno rio – o Guaxindiba – com barra permanentemente aberta, se bem que reforçada com o aporte d'água do Canal Engenheiro Antonio Resende, construído pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Mencionem-se também as pequenas bacias que descem dos tabuleiros e que foram barradas por praias e restingas, mantendo ou não comunicação periódica com o mar. Surgiram, assim, lagoas alongadas, entre as quais se destacam as Lagoas Funda, d'Anta, do Siri, Lagoinha, das Pitas, do Mangue, dos Caçoes, de Caculucaje, da Tiririca, da Boa Vista, do Criador ou Morobá, do Guriri, de Tatagiba, de Floresta, da Cobiça, do Espiador, do Macabu, da Sesmaria, de Imburi, da Cauaia, da Saudade, do Brejo Grande e de Carapebus. Nas planícies fluviais, notadamente na deltaica do Rio Paraíba do Sul, formaram-se também inúmeras lagoas, a maior parte delas total ou parcialmente drenada. Também nas restingas há lagoas paralelas e/ou perpendiculares à linha da costa.

Quanto à vegetação nativa prístina, a zona cristalina era, de ordinário, revestida pela Mata Atlântica na forma de florestas ombrófilas densas e de florestas estacionais semidecíduais, este segundo tipo também cobrindo as áreas de tabuleiro. Nos pontos mais altos da região serrana, como na Pedra do Desengano e no Pico do Frade, encontram-se ainda campos de altitude. As planícies fluviais, extremamente úmidas, só comportavam formações herbáceas e matas higrófilas nos pontos mais altos (vegetação aluvial). As restingas contavam com vegetação psamófila distribuída em uma primeira zona herbácea, junto à costa, uma zona de plantas arbustivas em posição intermediária e uma zona de vegetação arbustivo-arbórea mais afastada da linha costeira (formações pioneiras de influência marinha). Na foz dos rios e nas lagoas costeiras, em comunicação periódica com o mar, medravam manguezais de diversas dimensões (vegetação pioneira de influência fluviomarinha), já que a costa linear, desprovida de reentrâncias, não conta com baías. Atualmente, o grau de supressão da vegetação nativa alcançou índices alarmantes, com vistas ao fornecimento de energia e de madeiras nobres, bem como para abrir espaço à agricultura, à pecuária e à urbanização. Entre as principais atividades agrícolas, inscrevem-se a cana-de-açúcar, o café, o feijão, o arroz, o tomate, o abacaxi, a mandioca, o coco e olerícolas². No que concerne à cobertura vegetal nativa, as florestas

² FIBGE/IBDF. *Mapa de Vegetação do Brasil – Escala 1: 5.000.000*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e

estacionais têm seu limite meridional de ocorrência no Brasil nesta região, assim como uma espécie de mangue (*Avicennia germinans*)³.

À primeira vista, pode parecer temerário reunir áreas tão distintas, como as elevadas ou erodidas formações pré-cambrianas outrora cobertas de florestas ombrófilas ou estacionais semidecíduais, as pequenas ondulações de origem paleogena revestidas com remanescentes de matas estacionais e uma vasta planície fluviomarina holocênica salpicada de lagoas e cortada por uma complexa rede hídrica, dentro de uma ecorregião. Mais acertado talvez fosse reconhecer a existência de três ecorregiões ou mesmo de quatro, se subdividirmos a planície em restinga e em terrenos de massapé. Todavia, fatores de ordem natural, histórica e cultural nos levam a defender a tese de que as três ou quatro áreas, tão visivelmente diversas, compõem uma ecorregião, senão, pelo menos, três ou quatro subecorregiões ou microecorregiões entrelaçadas. Do ponto de vista ecológico, cada vez mais a comunidade científica se inclina a considerar toda a faixa de terra que se estende entre a costa e as Serras da Mantiqueira e do Mar, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, como um grande bioma chamado de *Domínio Atlântico*, envolvendo grande ecodiversidade intimamente inter-relacionada⁴ ou então dois biomas interligados: o Atlântico e o Costeiro. Denominamos a ecorregião que se estende do Rio Macaé ao Rio Itapemirim de São Tomé, em alusão à primeira tentativa de colonização europeia empreendida no século XVI: a Capitania de São Tomé.

A unidade cultural pré-europeia

Do ponto de vista humano, coincidência ou não, antes mesmo da colonização deste território por grupos de origem europeia, os povos indígenas que o habitavam dotavam-lhe de certa unidade cultural. Esclarece Angyone Costa que o domínio dos goitacás consistia numa estreita faixa de terra apertada pelos Papanaz e Tamoios, distendida do Espírito Santo ao Rio Paraíba do Sul, e que essa nação, no entendimento de vários estudiosos, formava uma espécie de ilha no meio de povos Tupis, não só pelo modo de vida peculiar que desenvolveu por imposição do ambiente como também pelas línguas que falava. Obrigado a empreender um estudo de antropologia histórica, vez que esse povo já estava extinto ou muito descaracterizado culturalmente na primeira metade do século XVIII, Angyone Costa aceita a divisão dos goitacás nos três grandes grupos reconhecidos pelos cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, quais sejam, goitacá-guaçu, goitacá-mopi e goitacá-jacoritó, além de considerar os coroados, os puris e os coropós

Estadística/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988; VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; e LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

³ Cf. MACIEL, Norma Crud e SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. Novos limites para a distribuição geográfica de *Avicennia germinans* (L.) Stern - Avicenniaceae e *Montrichardia arborecens* (L.) Schott - Araceae, no Rio de Janeiro, Brasil. In: SIMPÓSIO DE ECOSISTEMAS BRASILEIROS, 4., 2 a 7 abril de 1998, Águas de Lindóia: Aciesp, 1998. *Anais...* v.4.

⁴ VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; e LIMA, Jorge Carlos Alves. *Op. Cit.*

como seus afiliados⁵. Da língua ou línguas faladas por esses povos, nada restou, nem sequer na toponímia, a não ser breves apontamentos tomados pelo engenheiro Alberto de Noronha Torrezão, no fim do século XIX. Trata-se de registro pouco confiável não apenas por não ser o engenheiro especialista em linguística, mas também pelo adiantado grau de aculturação dos seus informantes⁶. A língua falada pelos puris e talvez, com variantes, pelos goitacás, coropós e coroados aparece áspera e estranha ao contexto cultural circunvizinho. Aliás, o insulamento cultural dos goitacás já era reconhecido de longa data. Jean de Léry, baseando-se num informante normando embarcado junto com ele, ao singrar as águas que banham as costas da planície pertencente à ecorregião em apreço, registrou, por volta de 1553, que os índios Uetacá eram “... donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem...”⁷

No século seguinte, o Padre Simão de Vasconcelos notificou que os goitacás habitavam o território compreendido entre os Rios Paraíba do Sul e Muriaé, mas que, em caso de necessidade, como por ocasião de guerras, apelavam ajuda aos povos indígenas habitantes das regiões mais altas⁸. Dando um desconto ao maravilhoso que povoava a mente do padre, oportuno é atentar para as conexões que a nações indígenas da planície faziam com as nações que habitavam as partes mais elevadas da região. Examinando a questão em tese de doutorado, Renato da Silveira Mendes nota que, a despeito das diferenças e mesmo da oposição entre regiões geográficas, havia estreita ligação dos povos que as habitavam⁹.

Se, a despeito da tecnologia rudimentar da maior parte dos povos indígenas americanos, estabeleciam-se intercâmbios por vezes de longo alcance entre regiões distantes e extremamente distintas, lícito é admitir que, na região referida contatos entre planície e serra se tornassem mais facilitados em vista da existência do tabuleiro, área de transição entre ambas, de resto povoada também por nações ligadas aos goitacás. Em suma, não é descabido afirmar que o quadro antropológico nativo predispõe à constituição de uma ecorregião, conceito proposto por Ignacy Sachs para designar a fusão das ordens ambiental e cultural¹⁰, antes mesmo da chegada dos europeus, ecorregião cujos elementos formadores acabam levando os limites administrativos a se ajustarem a eles, com certa elasticidade.

⁵ COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia Brasileira (Etnografia e História)*. 3a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

⁶ TORREZÃO, Alberto de Noronha. Vocabulário puri. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Tomo LII, Parte 1ª. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

⁷ LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Sem indicação de local: Biblioteca do Exército, 1961.

⁸ VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

⁹ MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

¹⁰ SACHS, Ignacy. Ambientes e estilos de desenvolvimento. In: _____. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

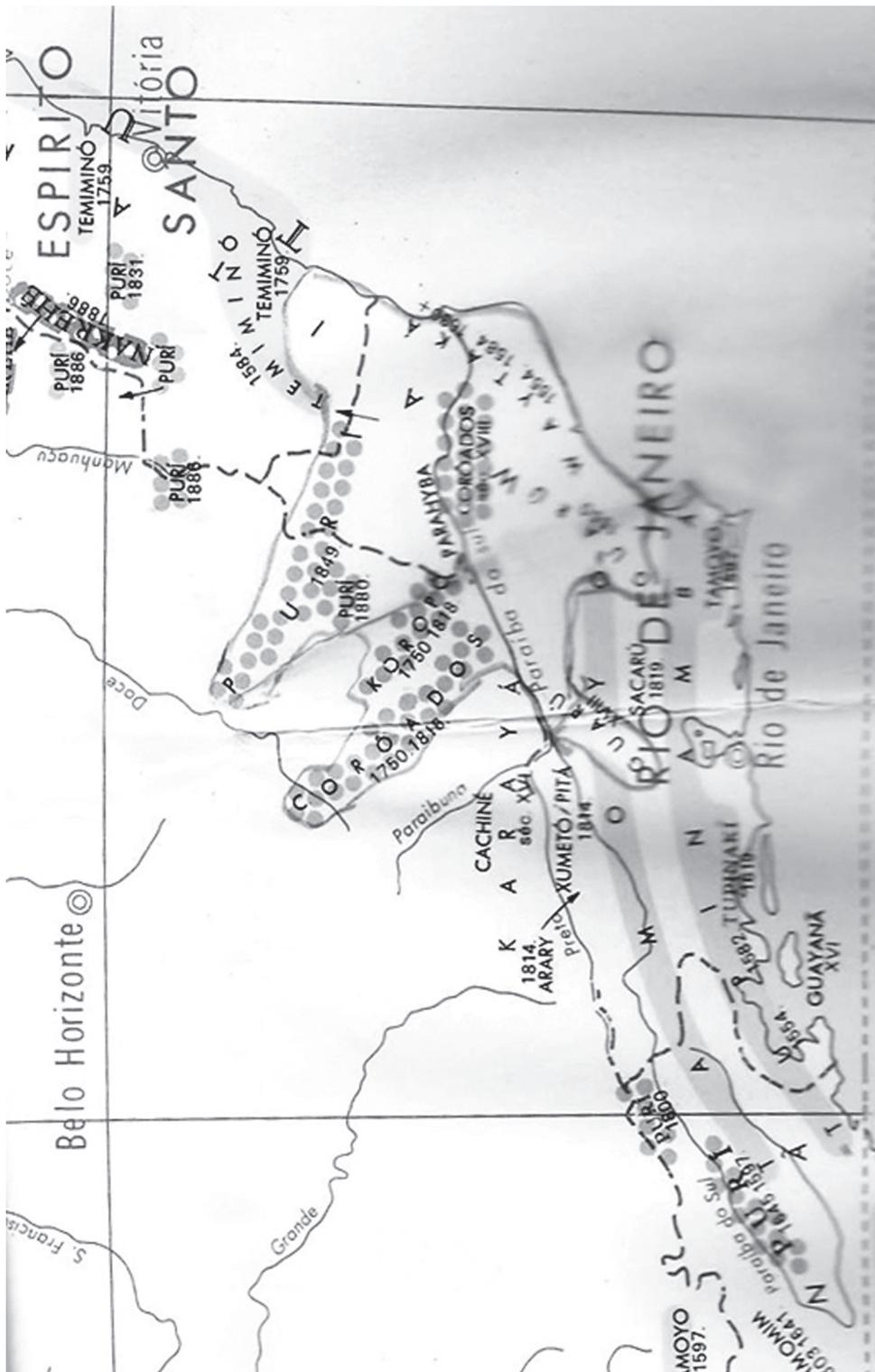


Figura 1 – Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju

Fonte: Curt Nimuendaju

A unidade política imposta pelos europeus

A Capitania de São Tomé, doada pelo rei de Portugal a Pero de Góis, contava com recortes inteiramente arbitrários, como, de resto, sucedia às demais capitanias. Diga-se que este tipo de divisão territorial e administrativa era completamente artificial, sem qualquer compromisso com a realidade natural e cultural sobre a qual se assentava. Faixas paralelas e longitudinais de território entestando com o Oceano Atlântico e morrendo sobre a linha também fictícia do Tratado de Tordesilhas como listras de uma bandeira.

A Capitania de São Tomé foi doada a Pero de Góis em 10 de março de 1534, doação confirmada em 28 de janeiro de 1536. No trato cotidiano – naquelas em que houve alguma tentativa de colonização, evidentemente – é que surgem os problemas de demarcação de fronteiras. Pela carta de doação, a capitania de Pero de Góis contava com trinta léguas de terra, começando a treze léguas além de Cabo Frio, ao sul, onde terminava a Capitania de Martim Afonso de Souza, e acabava no Baixo dos Pargos, incluindo as ilhas até dez léguas mar adentro. Em direção ao interior, tudo o que se pudesse encontrar e fosse da conquista do rei. Pelo que se vê, limites sobremaneira vagos.

Tão logo Pero de Góis tentou ocupar seus domínios a partir do norte, em área de tabuleiro, surgiu um problema de fronteira que seria resolvido pacificamente com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, por acordo de 14 de agosto de 1539. Como se tornasse difícil precisar o local em que ficava situado o Baixo dos Pargos, ambos os donatários propuseram a D. João III que fixasse a divisa entre as duas capitanias no Rio Tapemeri (Itapemirim), por eles batizado de Santa Catarina, pleito atendido por Carta Real datada de 12 de março de 1543. Não foi necessário definir os limites ao sul, pois Pero de Góis só conseguiu se movimentar nas cercanias do Rio Managé, atual Itabapoana, onde tentou implantar duas fundações. No sul, por conseguinte, o espaço ficou em aberto. A empreitada do donatário fracassou em 1546 frente à falta de recursos, a sabotadores provenientes do Espírito Santo e à resistência dos índios. Em inícios do século XVII, seu filho, Gil de Góis, tentou reativar a capitania, mas também malogrou e dela abriu mão em 1619¹¹. Sabendo-a abandonada, sete fidalgos requereram-na a título de sesmarias, em 1627¹². As terras doadas estendiam-se do Rio Macaé ao Rio Iguaçú (atual lagoa do Açú). Esta terceira tentativa de colonizar a ecorregião efetuou-se não pelo tabuleiro, como as duas primeiras, mas pela planície fluviomarina, e iniciou, de fato, a implantação contínua de um modo de vida europeu.

¹¹ ESCRITURA de contrato entre os Procuradores de Sua Majestade e Gil de Góis sobre a Capitania de Cabo Frio, Estado do Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LVI, parte I. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1893.

¹² MALDONADO, Miguel Aires e PINTO, José de Castilho. Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

A exemplo das capitâneas, os novos colonos dividiram a vasta gleba de terra que lhes coube de forma artificial, em faixas paralelas que se alongavam da linha de costa à linha de cumeeada da Serra do Mar, com testadas mais ou menos equivalentes.

Dada a fertilidade dos Campos dos Goitacás, voltaram-se para eles interesses civis e eclesiásticos. Os Correia de Sá e Benevides e as ordens religiosas dos beneditinos, dos jesuítas e dos franciscanos também fincaram pé naquelas plagas. Nova carta régia de doação, com data de 15 de setembro de 1674, assegurava terras na extensão de 100 léguas ao Visconde de Asseca e a seu tio. A partilha entre eles suscitou problemas relacionados ao limite sul da Capitania. A solução foi obtida mediante divisão das 100 léguas entre os dois donatários da família Correia de Sá e Benevides em anexo a mapa apresentado ao rei de Portugal, esclarecendo que

... a capitania que foi de Gil de Góis, começa em Santa Catarina das Mós, rio Tapemerim, donde parte da banda norte com a do Espírito Santo e vai correndo para a parte do sul até o rio das Ostras, Santa Anna de Macaé, donde parte com Diogo de Faro e Cabo Frio, em que se estende, não haverá 30 léguas e porque convirá para os tempos vindouros que cada capitania fique demarcada, eles, por seu procurador, tinham já mandado fundar a vila de Santa Catarina das Mós que é o distrito da banda do norte, incluindo cinco léguas de termo para o sul que com 45 nas terras do sul fazem as 50 da Capitania de João Correia de Sá¹³.

Essa partilha foi confirmada pela segunda apostila da carta de doação, assinada em Lisboa a 5 de março de 1676. Com a partilha acordada entre Pero de Góis e Vasco Fernandes Coutinho, em 1539, e com esta, de 1676, foram atingidos os limites máximos da ecorregião. Norte: Rio Tapemeri (atual Itapemirim); sul: Rio Leriipe (atual das Ostras). Daí em diante, por razões de ordem natural e político-administrativa, eles acabaram por se fixar nos Rios Managé (atual Itabapoana), ao norte, e dos Bagres (atual Macaé), ao sul; a leste, toda a linha da costa atlântica; e, a oeste, a Serra do Mar, com incursões à Serra da Mantiqueira pelo vale do Rio Paraíba do Sul. Quando, a 15 de janeiro de 1742, a Coroa portuguesa desmembrou as Vilas de São Salvador e de São João da Praia (atual cidade de São João da Barra) da comarca do Rio de Janeiro e as incorporou à nova comarca, criada na Capitania do Espírito Santo, seu corregedor, procurador e ouvidor geral, Paschoal Ferreira Vêras, determinou um auto de medição das terras anexadas. A comissão encarregada da demarcação, contando com informações do padre Pedro dos Santos, da Companhia de Jesus e superior da Capela de Santana, em Macaé, concluiu, a 30 de dezembro de 1743, que

... até ao presente servia o rio de Macaé de marco e divisa às Justiças de Cabo Frio, de tal sorte que, vindo as ditas Justiças de Cabo

¹³ Apud. LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. A Terra Goytacá à Luz de Documentos Inéditos tomo V. Niterói: Diário Oficial, 1942.

Frio a fazer alguma diligência ou prisão a pessoa que se achava no dito sítio de Macaé, se esta passava o dito rio para o norte, se lhe não fazia pelas tais Justiças a diligência ou prisão, e que na mesma forma vindo as Justiças desta Capitania da Paraíba do Sul a alguma diligência ou prisão do sujeito do mesmo sítio de Macaé ou que nele se achasse, passando-se este para o Sul do mesmo rio, se lhe não fazia tal diligência ou prisão pelas ditas Justiças¹⁴.

Em 1785, ao delimitar os termos do Distrito dos Campos, Manoel Martins do Couto Reis não manifesta mais nenhuma dúvida:

Os seus termos, ou limites do Norte a Sul são os rios Cabapuana e Macaé: este o divide do Distrito de Cabo Frio; assim como aquele, do da Capitania do Espírito Santo, tendo, de um a outro extremo confinante, 28 léguas de extensão contadas pela costa (...) A Leste confinam com o Mar Brasilico, e a oeste com sertões das Minas Gerais, em meio dos quais discorre a Cordilheira, ou Serra Geral...¹⁵

Da mesma forma, José Carneiro da Silva, depois de exaltar a região como fertilíssimo país do Rio de Janeiro, dá os seus limites: ao sul, o Rio Macaé; a leste, o mar; ao norte, o Rio Cabapuana; e, a oeste, a grande cordilheira de serras que costeiam o Brasil em quase toda a sua extensão (Serra do Mar)¹⁶.

O movimento político de 1855 e seus desdobramentos

No alvorecer do século XIX, parece que Coroa Portuguesa, Governo do Brasil e habitantes do norte-noroeste fluminense, consciente ou inconscientemente, reconheciam a existência de uma região, distinta tanto da Capitania do Rio de Janeiro quanto da do Espírito Santo pela distância de seu principal núcleo urbano – a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes – em relação ao Rio de Janeiro, capital da colônia, e à Vitória, sede do Espírito Santo. Esta posição intermediária entre duas capitanias, já que o norte-noroeste fluminense subordinou-se primeiro à comarca do Rio de Janeiro e, durante noventa anos (1742-1832), à do Espírito Santo, deve ter contribuído, ao lado de suas características nativas e culturais, para que se reivindicasse sua transformação em Província – e posteriormente em Estado – ou para que a capital primeiro da Província, depois do Estado do Rio de Janeiro, fosse transferida de Niterói para Campos.

¹⁵ COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Il^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: 1785, ms. original.

¹⁶ SILVA, José Carneiro da. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacases*. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010.

Neste sentido, o Marquês do Paraná, então Presidente do Conselho de Ministros do Império, levou ao conhecimento da Câmara dos Deputados, em 1855, que uma das grandes aspirações dos campistas era ver a Comarca de Campos elevada à condição de província, anexando alguns municípios próximos das Províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo¹⁷. Nesse mesmo ano, a 11 de abril, o vereador José Fernandes da Costa Pereira requereu a nomeação de uma comissão especial encarregada de reunir dados estatísticos e topográficos para formular representação a ser encaminhada ao Poder Central pleiteando a criação de uma nova província, que receberia o nome de Província dos Campos dos Goytacazes e incorporaria o município de Itapemirim, da Província do Espírito Santo, e alguns municípios do Pomba, pertencentes a Minas Gerais¹⁸. Na época, a Comarca de Campos dos Goytacazes compunha-se das cidades de Campos e de São João da Barra, com dez freguesias e quatro curatos. Essa representação foi dirigida ao Senado do Império, a 14 de julho do mesmo ano. A discussão esquentou com o protesto do governo do Espírito Santo. Os habitantes de Itapemirim, contudo, enviaram um abaixo-assinado à Câmara Municipal de Campos, concordando em integrar a nova província¹⁹.

Logo a seguir, João José Carneiro da Silva propunha a criação da província de Campos dos Goytacazes, visto que

Toda esta região foi outrora conhecida sob a denominação de Campos dos Goytacazes e é portanto de justiça que o nome da nova província recorde estes tempos primitivos. Assim também Campos, pela sua posição central, pela importância do seu atual movimento comercial e agrícola, está no direito de aspirar a ser capital da nova província. Macaé, pelo seu porto, já bom e suscetível de ser ainda ótimo, e por achar-se no ponto onde vêm afluir todas as vias férreas existentes e projetadas, está predestinada a ser o empório comercial e manufatureiro da nova província. Esta nova província, tendo em atenção os laços hoje criados pela sede das estradas de ferro, devia abranger os municípios de Macaé, Santa Maria Madalena, S. Fidélis, Campos, S. João da Barra e Barra de S. João [*notar que o autor empurra novamente a fronteira da região para as imediações do rio das Ostras*]. E além disso essa parte da província de Minas que há de ser influenciada pelas mesmas estradas²⁰.

Ao transcrever esta passagem, Teixeira de Melo ajunta com entusiasmo: “É voto (...) do autor destas páginas, não que a convertam em província: seria uma das mais insignificantes e de 2^a ou 3^a ordem do Império; mas que façam de Campos a capital da

¹⁷ Ver artigo intitulado Província de Goytacazes, assinada por inicial M., publicado em *Monitor Campista*, Campos, 27 de março de 1855.

¹⁸ Ver nota com título de A província de Goytacazes!, assinada por AE, em *Monitor Campista*, Campos: 14 de abril de 1855.

¹⁹ Ver nota com título Campos. Por ordem da Câmara Municipal. Felicitação dirigida à Câmara Municipal da Cidade de Campos pelos habitantes de Itapemirim. *Monitor Campista*, Campos, 21 de agosto de 1855.

²⁰ SILVA, João José Carneiro da. *Notícia Descritiva do Município de Macaé*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1930.

província do Rio de Janeiro.”²¹

Já na República, quando a capital do Estado do Rio de Janeiro foi transferida temporariamente para Petrópolis, houve grande grita nos meios políticos, empresariais e intelectuais campistas. A 10 de fevereiro de 1894, o jornal *Monitor Campista* estampou editorial intitulado “A mudança da capital”, protestando contra a decisão do governo estadual em instalá-la em Petrópolis e reivindicando a sua vinda para Campos²². O tema torna-se recorrente. Em 1930, Alberto Ribeiro Lamego, assinando-se Lamego Filho, publica um denso manifesto em que defende ardorosamente a mudança da capital do Estado para Campos, em função de sua pujança econômica, a fim de salvaguardar a autonomia estadual e evitar a subalternidade do Ingá ao Catete²³. No ano seguinte, 1931, o jornal campista *Folha do Commercio*, em matéria sob título de “Campos-capital”, publicada a 27 de janeiro, tece comentários sobre memorial dirigido pelo Rotary Club a Plínio Casado, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, solicitando a mudança da capital para Campos²⁴. A 4 de fevereiro do mesmo ano, artigo de Leovigildo Leal volta a discutir o assunto²⁵. Tudo leva a crer que ambas as notas se inspiraram no panfleto de Alberto Ribeiro Lamego.

Tanto o fausto econômico da região quanto o seu declínio são invocados para justificar seja a criação de uma nova unidade administrativa, seja a transferência de capital da Província ou do Estado. No primeiro caso, como decorrência natural da posição ocupada pela região. No segundo, como meio de promover o seu soerguimento. Tema crônico, ele parece se tornar agudo nos momentos críticos da vida política: instalação temporária da capital do Rio de Janeiro em Petrópolis, “Revolução” de 1930, fusão do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, tendência à prefeiturização do governo do Estado do Rio de Janeiro.

O movimento assumiu um caráter intermediário entre a submissão às determinações de um centro de poder maior e os separatismos do tipo pernambucano, baiano, paulista e gaúcho. A consciência de uma identidade regional alicerçada em fatores naturais e econômicos parece ter sido o suporte deste vagalhão que veio se espriar a nossos pés até a década de 2000. Entre 1962 e 1965, retoma-se o movimento com um projeto do vereador Telso de Sá e com uma carta de Isimbardo Peixoto, relatando toda a história do movimento e defendendo a criação do Estado da Paraíba do Sul²⁶. A 21 de maio de 1965, a Câmara Municipal de Campos aprovou resolução autorizando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal de Campos a tomarem todas as providências necessárias relacionadas com o processo de criação do Estado da Paraíba

²¹ MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro: Laemmert., 1886.

²² A mudança da capital. *Monitor Campista*. Campos: 10 de fevereiro de 1894.

²³ LAMEGO FILHO, Alberto. *Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro*. Sem indicação de lugar e de editora, novembro de 1930.

²⁴ Campos-capital. *Folha do Commercio*. Campos: Associação Comercial de Campos, 27 de janeiro de 1931.

²⁵ LEAL, Leovigildo. *Folha do Commercio*. Campos: Associação Commercial de Campos, 4 de fevereiro de 1931.

²⁶ PEIXOTO, Isimbardo. Carta escrita em Niterói e datada de 21/01/1964. *Monitor Campista*, Campos dos Goitacases, 23 de janeiro de 1964.

do Sul²⁷.

Nos anos de 1980, o pleito de se criar uma nova unidade da federação com núcleo no antigo Distrito dos Campos Goitacás tanto quanto a mudança da capital para Campos voltou a aparecer esporadicamente aqui e acolá na boca de políticos, empresários e comunicadores sociais, não obstante sem a força de outrora. A era do fausto canavieiro passara e as elites da região, sobretudo as de Campos, continuaram a olhar para o passado. Levantam-se propostas convencionais para soerguer a região, tais como a instalação da Petrobras em Campos, incentivos fiscais, implantação de polos industriais, irrigação e reincremento da agropecuária e da agroindústria sucroalcooleira.

Entrementes, uma relativa diversificação em moldes convencionais ou a falta de propostas criativas e compatíveis com um novo tipo de desenvolvimento levaram à diferenciação da economia e a uma tendência à fragmentação da grande região. No censo de 1991, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividiu o antigo norte fluminense em duas mesorregiões baseadas em critérios econômicos: o norte e o noroeste fluminenses. Quanto à mesorregião norte fluminense, o diagnóstico do IBGE atribuía a sua identidade principalmente à economia açucareira. Atualmente, conforme ainda análise do IBGE, as usinas encontram-se em crise, com raríssimas exceções, acarretando o declínio de Campos, que ocupava, até a década de 70, a posição de centro regional de um amplo mercado cuja influência atingia o sul do Espírito Santo e trechos de Minas Gerais. A instalação de uma base da Petrobras em Macaé para explorar a maior jazida submarina de petróleo do Brasil concorreu também para o declínio de Campos e para a ascensão de outro polo regional²⁸.

No que concerne à mesorregião noroeste fluminense, o mesmo documento salienta que ela foi condenada a um grande isolamento até a década de 50. No entanto, a abertura de rodovias, notadamente a BR 356, o estreitamento de sua tradicional ligação a Minas Gerais, a pecuária leiteira (base de sustentação da indústria regional de laticínios), a rizicultura e a lavoura de tomate promoveram esta parte da grande região norte fluminense de outrora, justificando a criação da região noroeste fluminense, centrada em Itaperuna, seu polo regional²⁹.

A desconstrução da Ecorregião de São Tomé

Sobre a mesorregião norte fluminense, o diagnóstico do IBGE atribui a sua identidade principalmente à economia açucareira, cujo desenvolvimento se processava desde o século XVIII, numa extensa planície aluvionar, com predomínio de solos de massapé construída pelo Rio Paraíba do Sul. Registra ainda a modernização das técnicas

²⁷ Redivisão territorial em pauta poderia criar Paraíba do Sul. *Folha do Commercio*. Campos: Associação Comercial e Industrial de Campos, 19 de maio de 1974.

²⁸ FIBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

²⁹ Id. *ibid.*, p. 19.

agrícolas, propiciando a ampliação da fronteira agrícola para áreas de tabuleiro e até mesmo para o cristalino, ao lado da substituição dos muitos pequenos engenhos dispersos por poucos e grandes engenhos centrais e por usinas concebidas em moldes capitalistas. Tal mudança de padrão foi acompanhada pela substituição do trabalho escravo por outras formas de trabalho, ao lado de uma legião de pequenos proprietários rurais fornecedores de cana para as unidades industriais. No plano político-administrativo, o município de Campos foi reduzido pelo desmembramento de Italva e Cardoso Moreira, que se transformaram em novos municípios, com o primeiro incorporando-se ao noroeste fluminense. A instalação de uma base da Petrobras em Macaé concorreu também para o declínio de Campos e para a ascensão de um outro polo regional³⁰. Mais recentemente, agravou-se a crise da agroindústria sucroalcooleira, com o fechamento de várias unidades industriais, com a extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, com a tendência à generalização do trabalho volante, com a constituição de outras atividades e com o não atendimento de um grande programa de irrigação pelo governo, principal reivindicação do setor. A região sucroalcooleira foi reduzida, em 2012, a apenas três unidades industriais.

Quanto ao noroeste fluminense, não se deve pensar, todavia, que a mesorregião está livre de problemas. Bem ao contrário, seu desenvolvimento em bases convencionais (ou seu mau-desenvolvimento, como diria Ignacy Sachs) acarreta-lhe maiores dificuldades que as enfrentadas pelo norte fluminense, como salienta um estudo recente³¹.

As propostas para a solução dos problemas regionais

A primeira, que poderíamos rotular de arcaísmo, propõe a criação de um novo Estado da Federação com sede em Campos, revivendo a proposta de 1855, que se transformou num verdadeiro mito político no sentido que lhe empresta Girardet³². Pode-se entendê-la como manifestação de um inconsciente/consciente político histórico, não na acepção jungiana, ou seja, como algo inerente à natureza humana. Em entrevista, o deputado José Cláudio de Oliveira Martins defendeu a ideia de um novo Estado, composto pelas regiões norte e noroeste fluminenses bem como pela Zona da Mata mineira até Juiz de Fora. Esta nova unidade da federação receberia o nome de Estado de Campos dos Goytacazes ou do Petróleo e teria como sustentáculo econômico a expressiva arrecadação em “royalties” e ICMS³³. A ideia foi secundada por Ecil Batista, sugerindo ao Estado o nome de Paraíba do Sul³⁴. Os autores apresentam suas propostas como se

³⁰ Id, *ibid*, p. IBGE. p. 20.

³¹ GRABOIS, José; FICO, Brasiliano Vito; SANTOS, Cátia Pereira dos; GONÇALVES, Dalcio Marinho; QUINTANILHA, Lana Bety Miranda; CÉZAR, Lucía Helena da Silva; FUCHS, Maria de Fátima F. Traverso; FABRÍCIO, Saulo Miranda; MACHADO, Tânia Maria Rafael. *O Papel da Pequena Produção na Organização de um Espaço Periférico: o Caso do Noroeste Fluminense*. S/l, s/d, digit.

³² GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³³ Proposta polêmica: José Cláudio quer a criação de um novo Estado formado pela região. *Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes: 17/09/1995.

³⁴ BATISTA, Ecil. Quando o povo já acredita pouco. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 03 de outubro de 1995.

elas fossem originalíssimas, desconhecedores que parecem ser da sua história. Trata-se de ferida antiga que sempre foi sangrada por alguém quando tentou cicatrizar-se.

A segunda se concentra na desfusão com ou sem mudança da capital para Campos. Nunca vista com bons olhos pela população do norte-noroeste fluminense, a reincorporação do Estado da Guanabara ao antigo Estado do Rio de Janeiro sofreu críticas acerbas desde seus primórdios. Em pesquisa de opinião pública realizada em 1997, 44,3% dos ouvidos no norte-noroeste fluminense desejavam a “desfusão”, enquanto que 36,5% opinaram pela permanência da união entre os dois Estados. No conjunto do Estado, porém, 47,1% desejavam a união e 32,2% queriam-na desfeita. A bancada do norte-noroeste fluminense na Assembleia Legislativa do Estado pugnou por um plebiscito que legitimasse a “desfusão”³⁵.

Uma terceira proposta era bastante pragmática e advogava um desenvolvimento convencional do norte-noroeste fluminense mediante revisão da lei dos “royalties” do petróleo e da aprovação do projeto de lei nº 380, de autoria do deputado federal José Egydio, com substitutivo dos deputados Luís Alfredo Salomão, Genésio Bernardino e Pedro Tassis, concedendo incentivos fiscais para as duas regiões e para o leste de Minas Gerais³⁶. O projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados mas não foi adiante³⁷. Os incentivos fiscais, hoje, parecem uma panaceia, porquanto o sul do Espírito Santo, beneficiado por eles pelo decreto-lei nº 880, de 18/09/1969, pouco ou nada se distingue das regiões fluminenses reivindicadoras em termos de desenvolvimento clássico, ao mesmo tempo em que outras regiões do Estado do Rio de Janeiro, não aquinhoadas com tais incentivos, lograram se desenvolver. Por outro lado, a isenção fiscal tanto poderia promover a coesão das regiões beneficiadas quanto consolidar o processo de desconstrução da grande região norte fluminense, além de aprofundar as desigualdades sociais. Quanto aos “royalties” do petróleo, há uma grande discussão no Congresso Nacional para estendê-los a todos os municípios brasileiros.

Podemos ainda identificar uma atitude derrotista, que defendeu a incorporação do norte-noroeste fluminense ao Espírito Santo. Se, em 1855 e em outras oportunidades, reivindicou-se a incorporação do sul capixaba ao norte fluminense, agora, cientes de que o Espírito Santo atingiu patamar mais elevado em termos de desenvolvimento convencional, lideranças regionais, manifestando um sentimento de derrota, propuseram transformar o norte-noroeste fluminense no sul do Espírito Santo, o que, de certa forma, já ocorreu entre 1743 e 1832. Em 1855, o sul capixaba perguntava se Campos o aceitava na nova província. Dessa vez, foi o norte-noroeste fluminense que perguntou ao Espírito Santo se ele o desejava. Tal sugestão partiu do presidente da Câmara Municipal de São Fidélis, vereador David Loureiro Coelho, nas reuniões de 27

³⁵ Bancada de Campos aprova a desfusão do Rio de Janeiro. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

³⁶ Incentivos fiscais: José Egydio briga por projeto para a região. *Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes: 11/05/1996. Ver também CODIN. *Incentivos Fiscais para a Região Centro Norte Fluminense e Leste Mineiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado/Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, julho/1991.

³⁷ Feijó defende mobilização para garantia de incentivos. *Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes: 12/09/1997; Lideranças comemoram os incentivos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 12 de setembro de 1997.

de outubro e 1 de dezembro de 1995 da Associação das Câmaras do Norte e Noroeste Fluminense, realizadas em Porciúncula e Laje do Muriaé, respectivamente. Os motivos imediatos foram atribuídos à redução no repasse do ICMS, às dificuldades de repasse das verbas do Sistema Único de Saúde e ao desejo de se beneficiar dos incentivos fiscais concedidos ao Espírito Santo³⁸. O movimento constituiu-se também numa forma de pressão ao governo estadual e sofreu restrições dos prefeitos Arnaldo Mattoso, de Quissamá, e Ranulfo Vidigal, de São João da Barra³⁹.

Há propostas revisionistas, como a criação de novo estado, defendida por Rockefeller Felisberto de Lima, liderança política tradicional. Ele idealizou um estado constituído pelas regiões norte, noroeste, serrana e dos lagos, ideia defendida pelo deputado federal Carlos Alberto Campista. Assim, o estado do Rio de Janeiro seria dividido em norte e sul⁴⁰. Ivan Vianna, por sua vez, entendeu que um desenvolvimento econômico desigual criou dois Estados do Rio: um formado pelas regiões norte, noroeste e alguns municípios do centro-norte fluminense; o outro, pelo território do atual Estado do Rio de Janeiro sem as três regiões, que formaria juridicamente um novo Estado⁴¹.

Dentro do antigo norte fluminense, há propostas de rearranjos regionais internos, tais como a formação de uma nova mesorregião constituída pelos municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Quissamá, Carapebus, Trajano de Moraes e Macaé, sendo este último o seu centro. Sugeriu-se para ela o nome de Região Petrolífera⁴².

Outro movimento pleiteou a transferência dos distritos campistas de Santa Maria e Santo Eduardo para o município de Bom Jesus do Itabapoana, no noroeste fluminense, sob alegação de que ambos estão mais integrados à vida pública do segundo que à do primeiro⁴³. O projeto “Volta Café”, que começou a ser implementado nestes distritos pelo poder executivo de Campos, pareceu resposta ao descontentamento de seus habitantes⁴⁴. O movimento de emancipação prosseguiu no século XXI. Em 2001,

³⁸ Estado do Rio pode perder 19 municípios. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 31 de outubro de 1995; Edson Coelho levanta a bandeira da desfução do Estado do Rio. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 02 de novembro de 1995; Com o Espírito Santo: Vereadores vão discutir fusão com os capixabas. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 10 de novembro de 1995; Câmaras vão debater desmembramento de municípios do RJ. *A Cidade*, Campos dos Goytacazes, 10 de novembro de 1995; ABREU, Frânio. Novo Estado: criação de novo estado ganha peso político. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 19 de novembro de 1995; Separatismo volta à discussão. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26-27 de novembro de 1995.

³⁹ Separatismo divide opiniões. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de novembro de 1995.

⁴⁰ Rock quer estado formado por interior. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 08 de fevereiro de 1997; Campista: emenda cria Estado. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

⁴¹ VIANNA, Ivan. Desfução de quê? *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

⁴² Macaé quer criar uma nova região. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997; Peixoto garante que projeto de Carlão já nasceu morto na Alerj. *A Cidade*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997; Vereadores se unem contra nova região petrolífera. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997; Garotinho busca apoio contra a nova região. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997; Carlão decide rever projeto e tirar o título de petrolífera. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997.

⁴³ Distritos abandonados querem trocar Campos por Bom Jesus: Santo Eduardo, Santa Maria e Morro do Coko estão entre os que querem mudanças. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 16 de fevereiro de 1997; CAMPOS, Orávio de. Bom Jesus quer distritos de Campos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 20 de fevereiro de 1997.

⁴⁴ Projeto “Volta Café” será lançado em Santo Eduardo na sexta-feira. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de setembro de 1997.

representantes do Distrito de Santa Maria defenderam não mais sua incorporação a Bom Jesus do Itabapoana, mas a criação de um novo município, que contaria com a adesão do Distrito de Santo Eduardo⁴⁵. Um mês depois, o sub-distrito de Vila Nova também se levantou contra Campos, pretendendo, por via de um plebiscito, transformar-se no 24º distrito de Campos⁴⁶.

Em 1999, houve também um pleito dos moradores do Açú, em São João Barra, com vistas a transferir a localidade de São João da Barra para Campos e à isenção de impostos⁴⁷. Já no alvorecer do século XXI, o prefeito de Campos Arnaldo Vianna reivindicou um quilômetro de território na Praia do Açú sob alegação de que esta área pertence a Campos⁴⁸. Trata-se de desconhecimento de sucessivos governantes, pois uma das linhas divisórias entre os municípios de Campos e de São João da Barra passa no meio da Lagoa Salgada e tangencia a barra da Lagoa do Açú. Este território foi esquecido por Campos e ocupado extra-oficialmente por São João da Barra. O desconhecimento persiste, agora mais que antes, devido à instalação do complexo logístico industrial portuário do Açú.

Finalmente, em 2004, Campos se tornou capital do Estado, ainda que por curto período e sem nenhum laivo de grandeza, como no nostálgico projeto. Não como tragédia, mas como comédia. E não pelas mãos de Rockefeller de Lima, Carlos Alberto Campista e Ivan Vianna, senão que por sua adversária Rosinha Garotinho Matheus, que precisava apoiar Geraldo Pudim, seu candidato à prefeitura do município.

Mais próximo dos dias que correm, uma proposta de redivisão do Estado do Rio de Janeiro foi apresentada com roupagem científica, ajustando-se às novas realidades econômicas e tendo em vista a proteção da biodiversidade⁴⁹. A economia canavieira do norte fluminense daria lugar às atividades petrolíferas. A nova região denominar-se-ia do Petróleo e do Gás Natural, incluindo os Municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu. A figura abaixo mostra o mapa do Estado do Rio de Janeiro com suas regiões atuais e o mapa com as novas regiões propostas.

Não se pode decretar que tais propostas estão hoje sepultadas com os projetos de grandes empreendimentos, como o porto da Ferrous, na restinga de Morobá, sul do Espírito Santo, para escoar minério de ferro de Minas Gerais conduzido por um mineroduto com fins de exportação, o complexo logístico industrial portuário do Açú, em São João da Barra, e o complexo estaleiro em Barra do Furado, entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã. As economias tradicionais começam a arrefecer ante a perspectiva de passagem de monoatividades a processos de industrialização.

⁴⁵ Emancipação é motivo de racha na região norte: representantes de Santa Maria querem criar novo município. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de junho de 2001.

⁴⁶ Conselheiro Josino quer ser distrito. *O Diário*, Campos dos Goytacazes, 09 de julho de 2001.

⁴⁷ Açú quer fazer parte de Campos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 30 de março de 1999.

⁴⁸ Campos quer 1 km de praia no Açú: mapa diz que área pertence ao município. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 24 de janeiro de 2001.

⁴⁹ SARAÇA, Carlos Eduardo dos Santos; RAHY, Ione Salomão; SANTOS, Marcos Antonio; COSTA, Marta Bebianno; ALENCAR, Rachel Saldanha de e PERES, Waldir Rugero. *A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. In: Instituto Biomas. Estratégias e ações para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Biomas, 2009.

Tentando interpretar

Talvez não seja mero acaso que as terras baixas formadoras do anfiteatro da Ecorregião de São Tomé tenham sido ocupadas antes dos camarotes elevados, muito embora não devam ser desprezadas as forças aleatórias responsáveis pelas múltiplas indeterminações de um processo. Talvez não seja simples coincidência grupos nativos aparentados linguisticamente e integrantes da grande nação macro-gê terem se assentado nesta concavidade situada entre o planalto e o oceano. Quiçá ainda seria explicável a preferência inicial dos europeus por estas terras baixas constituídas por três tabuleiros, uma planície aluvial e três restingas. A explicação mais plausível é que a serra, com sua vegetação luxuriante e complexa, com seus fantasmas e assombrações, representou uma barreira à expansão do estrangeiro, acostumado a um continente já domesticado e conhecido. Não sem razão, os primeiros e mais importantes núcleos de povoamento foram erigidos de uma à outra ponta do arco, passando por sua barriga: Santa Catarina das Mós, Itapemirim, Vila da Rainha, São Sebastião, São João da Barra, Campos, Quissamá, Macaé, Barra de São João. Só depois de uma série de incursões para o interior, outras fundações foram sendo erguidas: São Fidélis, São José de Leonissa da Aldeia da Pedra, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Nossa Senhora das Neves etc.

A geomorfologia condicionou o povoamento e a economia: é impressionante a unidade expressa pelas atividades praticadas em toda a extensão das terras baixas da ecorregião de São Tomé: extrativismo vegetal, pecuária extensiva, agricultura canavieira, mandioca, algodão, feijão, fábricas de açúcar e aguardente. As pressões de tais atividades sobre os ecossistemas nativos também se assemelham. Numa região plana e semiplana, torna-se mais fácil a derrubada de matas estacionais, o arroteamento dos campos nativos, a remoção de vegetação de restinga, o corte de manguezais. Por outro lado, a existência de lagoas, brejos, cursos baixos dos rios e um clima pluvial, todos eles desconhecidos na Europa, torna-se um problema de difícil solução para o invasor e conquistador.

Todavia, as técnicas e tecnologias oriundas das revoluções industriais, a partir do Século XVIII, permitiram um domínio temerário da grande ecorregião, descaracterizando-a profundamente. A excessiva drenagem de lagoas, a impiedosa retilinização de rios, a devastadora supressão das formações vegetais nativas, o descomunal massacre da fauna nativa, a exploração do petróleo na plataforma continental e de outros minérios em terra, as modificações antrópicas dos ambientes terrestres e aquáticos com o uso dos “royalties” desfiguraram exageradamente a ecofisionomia da região. E outros grandes empreendimentos se anunciam e começam a ser executados: o complexo industrial-portuário da seção meridional da restinga de Paraíba do Sul, o estaleiro e portos no Canal da Flecha e um complexo industrial-portuário na Restinga de Marobá ou Praia das Neves.

Referências

ABREU, Frânio. Novo Estado: criação de novo estado ganha peso político. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 19 de novembro de 1995.

AÇU quer fazer parte de Campos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 30 de março de 1999.

BANCADA de Campos aprova a desfusão do Rio de Janeiro. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

BATISTA, Ecil. Quando o povo já acredita pouco. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 03 de outubro de 1995.

CÂMARAS vão debater desmembramento de municípios do RJ. *A Cidade.*, Campos dos Goytacazes, 10 de novembro de 1995.

CAMPISTA: emenda cria Estado. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

CAMPOS quer 1 km de praia no Açú: mapa diz que área pertence ao município. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 24 de janeiro de 2001.

CAMPOS-CAPITAL. *Folha do Commercio*, Campos: Associação Comercial de Campos, 27 de janeiro de 1931.

CAMPOS, Orávio de. Bom Jesus quer distritos de Campos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 20 de fevereiro de 1997.

CAMPOS. Por ordem da Câmara Municipal. Felicitação dirigida à Câmara Municipal da Cidade de Campos pelos habitantes de Itapemirim. *Monitor Campista*, Campos, 21 de agosto de 1855.

CARLÃO decide rever projeto e tirar o título de petrolífera. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*. Campos: Tip. e Lit. de Silva, Carneiro e Comp., 1888.

CODIN. *Incentivos Fiscais para a Região Centro Norte Fluminense e Leste Mineiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado/Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, julho/1991.

COM o Espírito Santo: Vereadores vão discutir fusão com os capixabas. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 10 de novembro de 1995.

CONSELHEIRO Josino quer ser distrito. *O Diário*, Campos dos Goytacazes, 09 de julho de 2001.

COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia Brasileira (Etnografia e História)*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

COUTO REYS, Manoel Martinz do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacases, que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Luiz de*

Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou. Rio de Janeiro: 1785, ms. original.

DISTRITOS abandonados querem trocar Campos por Bom Jesus: Santo Eduardo, Santa Maria e Morro do Coco estão entre os que querem mudanças. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 16 de fevereiro de 1997.

EDSON Coelho levanta a bandeira da desfusão do Estado do Rio. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 02 de novembro 1995.

EMANCIPAÇÃO é motivo de racha na região norte: representantes de Santa Maria querem criar novo município. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de junho de 2001.

ESCRITURA DE CONTRATO entre os Procuradores de Sua Majestade e Gil de Góis sobre a Capitania de Cabo Frio, Estado do Brasil. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LVI, parte I. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1893.

ESTADO do Rio pode perder 19 municípios. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 31 de outubro de 1995.

FEIJÓ defende mobilização para garantia de incentivos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 12 de setembro de 1997.

FIBGE. *Carta do Brasil – Esc. 1:50.000, folhas Barra Seca, Itabapoana, Presidente Kennedy e Itapemirim.* Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

FIBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

FIBGE/IBDF. *Mapa de Vegetação do Brasil – Escala 1: 5.000.000.* Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.

GAROTINHO busca apoio contra a nova região. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 13 de março de 1997.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRABOIS, José; FICO, Brasiliano Vito; SANTOS, Cátia Pereira dos; GONÇALVES, Dalcio Marinho; QUINTANILHA, Lana Bety Miranda; CÉZAR, Lucia Helena da Silva; FUCHS, Maria de Fátima F. Traverso; FABRÍCIO, Saulo Miranda; MACHADO, Tânia Maria Rafael. *O Papel da Pequena Produção na Organização de um Espaço Periférico: o Caso do Noroeste Fluminense.* S/l, s/d, digit.

INCENTIVOS fiscais: José Egydio briga por projeto para a região. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 11 de maio de 1996.

LAMEGO FILHO, Alberto. *Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro.* Sem indicação

de lugar e de editora, novembro de 1930.

LAMEGO, Alberto Frederico de Morais. *A Terra Goytacá à Luz de Documentos Inéditos* tomo V. Niterói: Diário Oficial, 1942.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Carta Geológica do Brasil – Escala 1:100.000: Folhas Campos, Cabo de São Tomé, Lagoa Feia, Xexé*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Departamento Nacional de Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

LEAL, Leovigildo. *Folha do Commercio*, Campos: Associação Commercial de Campos, 4 de fevereiro de 1931.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Sem indicação de local: Biblioteca do Exército, 1961.

LIDERANÇAS comemoram os incentivos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 12 de setembro de 1997.

MACAÉ quer criar uma nova região. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

MACIEL, Norma Crud e SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. Novos limites para a distribuição geográfica de *Avicennia germinans* (L.) Stern - *Avicenniaceae* e *Montrichardia arborecens* (L.) Schott - *Araceae*, no Rio de Janeiro, Brasil. In: *Simpósio de Ecossistemas Brasileiros*, 4., 02 a 07 de abril de 1998, Águas de Lindóia, SP. São Paulo: Aciesp, 02 a 07/04/1998. *Anais...v.4*.

MALDONADO, Miguel Aires e PINTO, José de Castilho. Descrição que faz o Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José Maria Landim; FLEXOR, Jean-Marie. *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral do Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro: Laemmert., 1886.

MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

A MUDANÇA da capital. *Monitor Campista*, Campos, 10 de fevereiro de 1894.

NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987.

Peixoto garante que projeto de Carlão já nasceu morto na Alerj. *A Cidade*. Campos dos Goytacazes: 13/03/1997.

PEIXOTO, Isimbardo. Carta escrita em Niterói e datada de 21/01/1964. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 23 de janeiro de 1964.

PROJETO “Volta Café” será lançado em Santo Eduardo na sexta-feira. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de setembro de 1997.

PROJETO RadamBrasil. *Folhas SF. 23/24 Rio de Janeiro/Vitória: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra (mapa geomorfológico)*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983.

PROPOSTA polêmica: José Cláudio quer a criação de um novo Estado formado pela região. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 17 de setembro 1995.

A PROVÍNCIA de Goitacazes!, assinada por AE, em *Monitor Campista*, Campos, 14 de abril de 1855.

PROVÍNCIA de Goytacazes, assinada por inicial M., publicado em *Monitor Campista*, Campos, 27 de março de 1855.

REDIVISÃO territorial em pauta poderia criar Paraíba do Sul. *Folha do Commercio*, Campos: Associação Comercial e Industrial de Campos, 19 de maio de 1974.

ROCK quer estado formado por interior. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 08 de fevereiro de 1997.

SACHS, Ignacy. Ambientes e estilos de desenvolvimento. In: _____. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SARAÇA, Carlos Eduardo dos Santos; RAHY, Ione Salomão; SANTOS, Marcos Antonio; COSTA, Marta Bebianno; ALENCAR, Rachel Saldanha de e PERES, Waldir Rugero. A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. In: INSTITUTO BIOMAS. *Estratégias e ações para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Biomas, 2009.

SEPARATISMO divide opiniões. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 24 de novembro de 1995.

SEPARATISMO volta à discussão. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26-27 de novembro de 1995.

SILVA, João José Carneiro da. *Notícia Descritiva do Município de Macaé*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1930.

SILVA, José Carneiro da. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacazes*. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010.

TORREZÃO, Alberto de Noronha. Vocabulário puri. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Tomo LII, Parte 1ª. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; e LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

VEREADORES se unem contra nova região petrolífera. *Monitor Campista*, Campos

dos Goytacazes, 13 de março de 1997.

VIANNA, Ivan. Desfusão de quê? *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de fevereiro de 1997.

Artigo recebido em: 19 jul. 2012
Aceito para publicação em: 21 ago. 2012